

Produto Interno Bruto (%)

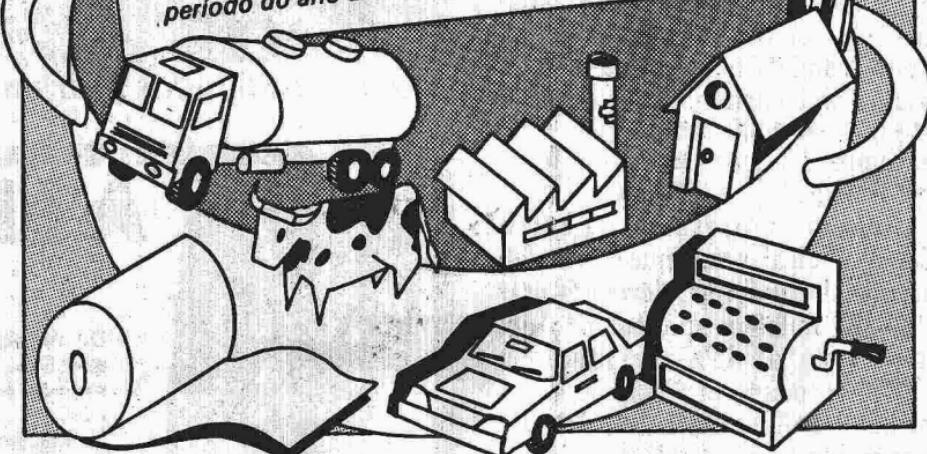
Estimado Previsto
Jan-jun Jan-dez
1992 1992

| | 3,3 | 0,6 |
|---------------|------|------|
| PIB Total | 12,7 | 8,7 |
| Agropecuário | 17,0 | 11,8 |
| Lavouras | 5,9 | 4,7 |
| Prod. Animal | 0,7 | -2,7 |
| Indústria | 0,5 | -4,1 |
| Transformação | 4,2 | -0,8 |
| Const. Civil | 2,9 | 2,7 |
| Demais | 2,4 | 1,2 |
| Serviços | -1,5 | -1,6 |
| Comércio | 7,1 | 4,8 |
| Transportes | 1,7 | 1,7 |
| Demais | | |

Fonte: IBGE

Elaboração: Ipea

* variação acumulada em relação a igual período do ano anterior



Crescimento de até 1%

Num rasgo de euforia raro para seu estilo contido, o ministro Marcílio Marques Moreira se permitiu em maio prever a recuperação da economia ainda este ano, depois da chegada ao fundo do poço. O desempenho da indústria no primeiro semestre e as projeções de organismos de pesquisa ligados ao próprio governo, como o Ipea, indicam que o melhor desempenho possível para o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto de bens e serviços produzidos no país, será crescimento de 1%, assim mesmo empurrado pela agropecuária (10,05% de alta prevista).

Pelos números do Ipea, baseados nos levantamentos do IBGE, o fundo do poço foi o primeiro trimestre de 1991, que permitiu alta de 5,82% na produção industrial, na comparação ao fraco primeiro trimestre de 1992. O desempenho decepcionante do varejo paulista, com queda de 10,2% no geral e 20,2% excluídos as vendas de automóveis, e os impactos positivos do acordo setorial, traz a possibilidade de piorar os prognósticos de queda de 3,9% na produção industrial, já negativos.

Para os trabalhadores, às voltas

com níveis recorde de desemprego tanto pelos critérios do IBGE como pelos do Dieese (macabros 16%, na Grande São Paulo, computados subemprego e desistência de procura), as perspectivas não são favoráveis, mesmo que o ligeiro crescimento do PIB se confirme. Isto porque o nível de emprego não se mostra capaz de acompanhar o crescimento, quando ocorre, da atividade econômica. Na hipótese otimista, de sustentação do crescimento por investimentos em modernização, a consequência mais provável é que o número de empregos gerados vá diminuindo proporcionalmente. Assim, a recuperação do emprego será mais lenta do que a do nível de atividade, de acordo com o Ipea, do Instituto de Economia Industrial da UFRJ e a Unicamp.

A perspectiva para os salários dos que ficarem é de recuperação, com empresas de maior porte ignorando os limites da Lei 8.322, de três salários mínimos. Mesmo no quadro atual, de estagnação, o fato de as demissões ocorrerem em primeiro lugar com os trabalhadores menos qualificados, de menores salários, força para cima os rendimentos reais médios.